

Doc TV e o Brasil Imaginário

Na série de documentários com mais de 1.000 horas de conteúdo exemplarmente visionário, a esperança vence o medo em rede pública nacional de televisão

Leandro Saraiva

Acaba de estrear um programa de política cultural que tem muito a ensinar a esses nossos tempos bicudos e conformistas. No dia 26 de junho foi ao ar, pela Rede Pública de Televisão (RPT), *Eretz Amazônia* (direção de Alan Rodrigues), documentário realizado pela TV Cultura do Pará, sobre a migração judaico-marroquina na Amazônia. Até o fim do ano, sempre aos sábados, às 21 horas, serão exibidos os 26 filmes que compõem a série Brasil Imaginário.

Enquanto a Rede Globo, com sua enorme dívida, recebe apoio do núcleo do Planalto, na forma de verbas publicitárias (concentra 61% do gasto federal em publicidade) e da garantia de financiamento para rolagem da dívida, a ação coordenada da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), TV Cultura de São Paulo e Associação Brasileira de Documentaristas (ABD) demonstra que criatividade e habilidade política podem, sim, fazer frente à lógica concentracionista na televisão. O DOC TV, nome do programa de fomento à produção e difusão de documentários agora reunidos na série Brasil Imaginário, resulta de vários acertos combinados. É a primeira experiência de realização em nível nacional

da RPT, em que televisões públicas de 20 Estados participam gerando mais de 1.000 horas de conteúdo.

Pólos regionais Tão ou mais importante que esse volume de programação é o enraizamento regional da série. A RPT, que têm se alimentado basicamente de produções da TV Cultura de São Paulo – sua afiliada mais bem estruturada, apesar da crise que a atinge –, conta agora com uma série realizada localmente. E não se trata apenas de uma realização pontual: o DOC TV já tem sua segunda edição garantida, ampliando-se para 33 filmes de 27 Estados. E o objetivo de constituição de pólos regionais de produção receberá reforços: o governo de São Paulo – numa iniciativa que quer ser imitada – já anunciou uma versão estadual complementar do DOC TV, que produzirá mais quatro documentários. Além disso, a edição 2004 do programa contará com oficinas preparatórias nos Estados, subsidiando a formatação de projetos com exibição e discussão de um amplo repertório documental.

A proposta é que, com a continuidade do projeto, com cada TV regional compondo uma carteira própria de filmes e a programação do Brasil Imaginário se fixando, seja possível – através da comercialização dos filmes, por apoios culturais e pelas vendas para outras

TVs no Brasil e exterior – a criação de fundos regionais de financiamento da produção. O esforço de constituição de pólos regionais se faz através da co-produção entre TVs e produtores independentes. Por força da naturalização do oligopólio das redes de TV abertas brasileiras, quase perdemos de vista a possibilidade de descentralização da produção televisiva. Aliás, em épocas menos pragmáticas, o PT, que agora no poder central declara a sustentação da Globo uma questão de Estado, já defendeu uma versão audiovisual da reforma agrária. Por outro lado, os cineastas reivindicam a criação um fundo com recursos de um imposto sobre as TVs, sem o direito de decisão sobre o destino das verbas. Ainda que a estratégia política subjacente ao DOC TV esteja distante da *realpolitik* do núcleo de poder federal, o projeto mostra que é possível – e barato (o Ministério da Cultura investiu R\$ 5,7 milhões na produção dos 26 documentários – valor aproximado de um longa-metragem) – evitar tanto a subserviência aos poderes oligopolistas televisivos quanto a tendência corporativista dos produtores independentes.

O modelo de co-produção foi discutido com todas as TVs participantes e representantes da ABD. A engenharia política foi considerável, já que as TVs



públicas brasileiras não seguem modelo único. Cada estado tem uma configuração própria, em termos administrativos, técnicos e, principalmente, políticos. A mediação política dos interesses diversos obteve êxito, e o resultado faz a televisão pública funcionar como alternativa, na contramão do concentracionismo. O projeto também é exemplar no âmbito da definição do campo de atuação da TV pública. Na badalada discussão da “qualidade” da TV, é comum a evocação da imagem de pureza “educativa” atribuída a TV pública. Essa discussão, entretanto, costuma restringir-se aos conteúdos, sempre conduzida sob o espectro da censura. Poucas vezes se toca no “nervo” da questão: na concentração da produção dos conteúdos na mão de poucos.

Imaginar uma democratização da produção é algo de pouco interesse, tanto para os proprietários das empresas que exploram as concessões de TV comercial, como para os políticos que controlam as televisões públicas estaduais. Assim, vez que outra, a TV pública é lembrada como uma espécie de oásis livre da “pressão da audiência”, mas é raríssimo que se ouça propostas de torná-la um efetivo instrumento público – e não estatal – que se abra às necessidades de produção audiovisual dos enormes setores sociais “sem imagem”. A televisão, se de fato pública (o que começa com um controle civil, independente dos executivos estaduais), poderia se tornar um laboratório de experimentos de comunicação alternativa ao repetitivo regime das TVs comerciais. Já houve e há ainda, apesar dos ataques que sofrem as atividades públicas em todo mundo, vários exemplos neste sentido (sendo os mais famosos os da BBC e da PBS: a primeira com vários canais diferenciados; a segunda, com vasta gama de co-produções com independentes). Tais experimentos poderiam ser não apenas instrumentos de serviço público (oportunidades para pequenos grupos tenham seu programa semanal), mas, inclusive, poderiam servir de incu-

badora para projetos com potencial de grande audiência – o que não só possibilitaria a realimentação financeira das TVs públicas, como influenciaria na diversificação e transformação dos formatos televisivos das outras redes.

É provável que os documentários da primeira edição do DOC TV não abalem as estruturas da televisão brasileira. Talvez a primeira fornada ainda não seja capaz de romper com a pouca ousadia que marca o grosso do chamado *boom* do nosso documentário cinematográfico – bem distante do impacto que Michael Moore tem mostrado ser possível provocar com a não-ficção, ou que Ken Loach e Peter Watkins lograram na época de ouro da BBC. Filmes como os desses realizadores só são possíveis em um ambiente a tal ponto democrático que se aceita que o cinema e a TV, mesmo – e especialmente – quando realizados por entidades públicas, podem – devem! – extrapolar a “reserva ecológica” dos temas culturais para polemizar sobre questões políticas candentes, multiplicando visões ideológicas na pauta de problemas sociais do momento.

Paredão audiovisual Ainda há muito por fazer. É imenso o desafio da invenção e execução de uma ação política e institucional capaz de transformar o padrão de produção e consumo no Brasil – estamos falando do campo audiovisual, mas a semelhança com campos mais “substanciais” não é mera coincidência. O DOC TV pode ser uma cunha pequena e ainda frágil frente ao poderoso paredão audiovisual que hoje limita os horizontes de imaginação do país. Mas aponta uma possibilidade. Basta imaginar a iniciativa multiplicada e sustentada durante o tempo necessário para que seu efeito começasse a se fazer sentir no cotidiano, com uma TV pública que servisse de base de experimentação de formatos, e até de disputas de audiência com alternativas radicalmente novas.

Em resumo, o DOC TV é exemplarmente visionário. Coisa de quem ainda age sem medo de ser feliz, acreditando que a esperança possa vencer o medo. ■

A diversidade cultural brasileira se expressa nos 26 documentários da série Brasil Imaginário

Consulte a programação da série no site www.tvebrasil.com.br/doctv

Leandro Saraiva é um dos editores da revista *Sinopse*.